



LETRAMENTO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Maraisa Daiana da Silva¹, Nayra Vanessa da Silva²

¹Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: maraisa.d.silva@gmail.com.

²Acadêmica do curso de Letras- Português/Inglês, no Centro Universitário Cidade Verde (UNICV). E-mail: nayravanessa19@mail.com.

RESUMO

Em um mundo cada vez mais conectado, o letramento digital assume um papel fundamental na promoção da inclusão social, ao possibilitar o acesso à informação, à educação e à participação cidadã. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o letramento digital como uma ferramenta que pode ajudar a incluir pessoas na sociedade da informação. Por meio de uma revisão bibliográfica, discute-se como o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) pode contribuir para a ampliação do conhecimento, sobretudo entre populações em situação de vulnerabilidade social. Além disso, são apontados os principais desafios a serem enfrentados para que o acesso e o uso das tecnologias digitais ocorram de maneira equitativa, eficaz e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Educação, Tecnologias Digitais.

1. INTRODUÇÃO

O avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tem promovido profundas transformações nas dinâmicas sociais contemporâneas, impactando diretamente as formas de aprender, comunicar-se e interagir com o mundo. No entanto, apesar da expansão dessas tecnologias, o acesso e o uso qualificado dos recursos digitais ainda não se configuram como uma realidade para todos. A desigualdade no acesso à internet e às competências digitais evidencia-se como um dos desafios estruturais da sociedade brasileira.

Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023) revelam que cerca de 22,4 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet. Sendo a exclusão digital mais acentuada em regiões rurais e entre pessoas com baixa escolaridade ou renda. Tal cenário reforça que a inclusão digital vai além da posse de dispositivos ou da conectividade: envolve, sobretudo, a capacidade de utilizar criticamente os recursos tecnológicos em práticas sociais significativas.

É nesse contexto que o letramento digital se apresenta como elemento essencial para a promoção da equidade social. Para além da mera operacionalização de ferramentas digitais, o letramento digital refere-se à habilidade de interpretar, produzir e interagir de forma crítica e consciente no ambiente digital. Como argumentam Soares (2003) e Silva (2010), trata-se de uma nova configuração das práticas de leitura e escrita, que se ajusta às exigências da cultura digital.

Autores como Pierre Lévy (1993) e Castells (1999) enfatizam que estamos vivendo em uma sociedade da informação, na qual o conhecimento assume papel central na organização social, econômica e cultural. Nesse cenário, a ausência do acesso às tecnologias digitais e às competências relacionadas a seu uso não apenas limita a participação ativa dos sujeitos, como também aprofunda desigualdades históricas, afetando oportunidades educacionais, profissionais e de cidadania.

Diante desse cenário, torna-se essencial investigar de que maneira o afastamento de parcelas significativas da população do universo digital pode ser superado por meio do letramento digital, compreendido aqui como um conjunto de práticas que favorecem a apropriação crítica e funcional das tecnologias. Compreender a eficiência e a aplicabilidade



do letramento digital na inclusão de sujeitos sociais que buscam se inserir nas práticas tecnológicas e educacionais contemporâneas, é, portanto, um passo essencial para a promoção de uma sociedade mais equitativa.

Ademais, é preciso considerar que a persistência do analfabetismo tradicional ainda constitui um obstáculo significativo à inclusão digital. Em muitos contextos, inclusive no Brasil, há crianças, jovens e adultos que não tiveram acesso pleno às competências básicas de leitura e escrita. Segundo dados do IBGE (2022), cerca de 5,6% da população brasileira com 15 anos ou mais permanece analfabeta. Essa realidade evidencia que, sem o domínio das habilidades fundamentais, o ingresso no universo digital torna-se ainda mais restrito, ampliando os riscos de exclusão educacional e social (ARAÚJO; GLOTS, 2009).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar o letramento digital como uma ferramenta estratégica para a promoção da inclusão social, com ênfase no contexto educacional. A partir de uma revisão bibliográfica, busca-se discutir os principais desafios e possibilidades relacionados à inserção crítica e significativa de sujeitos no ambiente digital, em uma sociedade marcada pela ubiquidade da informação e pela crescente demanda por competências digitais.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com foco em uma revisão de literatura de natureza exploratória e analítico-interpretativa. O objetivo central é reunir, examinar e sistematizar contribuições teóricas que tratam do letramento digital como instrumento de inclusão social, especialmente na esfera educacional. A escolha por esse tipo de investigação se justifica pela intenção de compreender o estado da arte sobre o tema, identificar os principais aportes conceituais, os desafios apontados pela literatura e as lacunas existentes que demandam aprofundamento.

A revisão foi conduzida com base em fontes bibliográficas selecionadas, artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos oficiais, priorizando publicações indexadas em bases reconhecidas pela comunidade científica, como Google Acadêmico, Scielo e Periódicos da CAPES. Os critérios de seleção incluíram: (i) pertinência temática em relação aos eixos letramento digital, inclusão social e educação; (ii) relevância teórica dos autores e das publicações; e (iii) atualidade das contribuições, com prioridade para materiais publicados nos últimos 15 anos, sem desconsiderar referências clássicas indispensáveis à compreensão do objeto.

Durante o processo de levantamento e análise foram priorizados autores que contribuem significativamente para o debate sobre letramento e tecnologias digitais na educação, como Magda Soares, Roxane Rojo, Pierre Lévy, Manuel Castells, entre outros. A análise dos textos foi realizada por meio de uma leitura compreensiva e interpretativa, com o intuito de extrair categorias teóricas que possibilitem discutir o papel do letramento digital na promoção do acesso equitativo à informação, à educação e à participação cidadã na sociedade contemporânea.

3. LETRAMENTO DIGITAL

O termo letramento consiste no aprendizado da linguagem nas diversas práticas sociais e culturais. Em outras palavras, Letramento compreende o uso da linguagem em algum fazer da sociedade (FLORES; FREITAS, 2020). O estudo sobre o letramento não se interessa, especificamente, na aquisição de habilidades ou competências como no passado. Segundo os novos estudos, Letramento é pensado como prática social (STREET, 2013).



O letramento está relacionado à capacidade de ler, interpretar e compartilhar sentidos por meio da linguagem em contextos sociais diversos., A linguagem, por sua vez, pode ser compreendida como um fenômeno complexo, que se manifesta de diferentes formas - como a escrita, a oralidade e até mesmo expressões artísticas como a música. Nesse processo, a língua se constitui como um mediador das relações sociais, permitindo aos sujeitos posicionar-se, interagir e agir na sociedade.

Ao refletir sobre o letramento, ou seja, no uso da linguagem no contexto das práticas sociais, considera-se sua estreita relação com a integração dos sujeitos na vida em sociedade. Isso porque, o domínio da linguagem não se limita à competência linguística, mas abrange a capacidade de participar ativamente das esferas sociais, exercer a cidadania e acessar oportunidades nos campos profissional, acadêmico, cultural, entre outros.

Por isso, considera-se o conceito de letramento ligado ao conceito de aprendizagem da linguagem em suas variadas formas. Em decorrência disso, entendemos letramento como a possibilidade de acesso a diversos contextos e ambientes que, em muitos casos, são negados àqueles que não aprenderam alguma linguagem específica, como, por exemplo, a linguagem digital (FLORES; FREITAS, 2020, p.2020)

Atualmente, o domínio do meio digital, como o uso de redes sociais e de outros serviços mediados pela internet, está incorporado às práticas sociais cotidianas. Entretanto, não basta apenas ter acesso a essas ferramentas: é preciso saber utilizá-las de forma crítica e estratégica, de modo que promovam benefícios reais ao usuário. Nesse contexto, torna-se relevante compreender os diferentes níveis de informação e como estes podem contribuir para a construção do conhecimento. Além disso, é essencial delimitar com clareza os conceitos de educação e tecnologia, a fim de evitar generalizações que comprometam a análise crítica da relação entre ambos, e Munhoz (2016, p. 13) chama atenção para as definições de tais termos, destacando que a educação

é um processo organizado para comunicar ao aluno uma combinação de conhecimentos, técnicas e ferramentas, bem como a compreensão de todas as atividades que o ser humano desenvolve em sua vida”, e tecnologia apresenta-se como, “o estudo de materiais com o objetivo de aplicar a ciência para criar novos objetos e máquinas (MUNHOZ, 2016, p. 13)

Assim como aponta Romaní (2012), o letramento digital demanda responsabilidades técnicas básicas aos sujeitos. Assim o conceito de sujeito digitalmente letrado envolve um conjunto de capacidades específicas, ou seja, ser digitalmente letrado envolve usar tecnologias para informação e conhecimento, para acessar, recuperar, armazenar e gerir uma compreensão necessária para aquilo que se procura em prol do aprendizado.

A sociedade digital demanda sujeitos cada vez mais preparados para lidar com a complexidade da informação. Nesse sentido, Ribeiro (2018) destaca a importância de formar leitores críticos e analíticos, capazes de atuar com discernimento diante da diversidade e da concorrência de vozes no ambiente digital. Essa postura crítica é essencial para promover uma sociedade mais democrática e menos vulnerável à manipulação. Nesse processo, a escola, enquanto espaço privilegiado de letramento, tem um papel central: promover práticas pedagógicas que desenvolvam competências não apenas técnicas, mas também cognitivas, discursivas e éticas, necessárias à leitura e à escrita em contextos digitais.

Nessa perspectiva, Dudeney, Hockly e Pegrum (2016, p. 17) alertam para o desafio enfrentado pelas instituições educacionais: muitas vezes, não se sabe exatamente para quais desafios futuros os estudantes estão sendo preparados. Essa incerteza, reforça a



urgência de promover um letramento digital amplo e consistente, que não se restrinja ao uso funcional das tecnologias, mas que promova o desenvolvimento de habilidades reflexivas e críticas. A seguir, a Figura 1 ilustra as múltiplas dimensões do letramento digital, destacando suas inter-relações e camadas de complexidade.

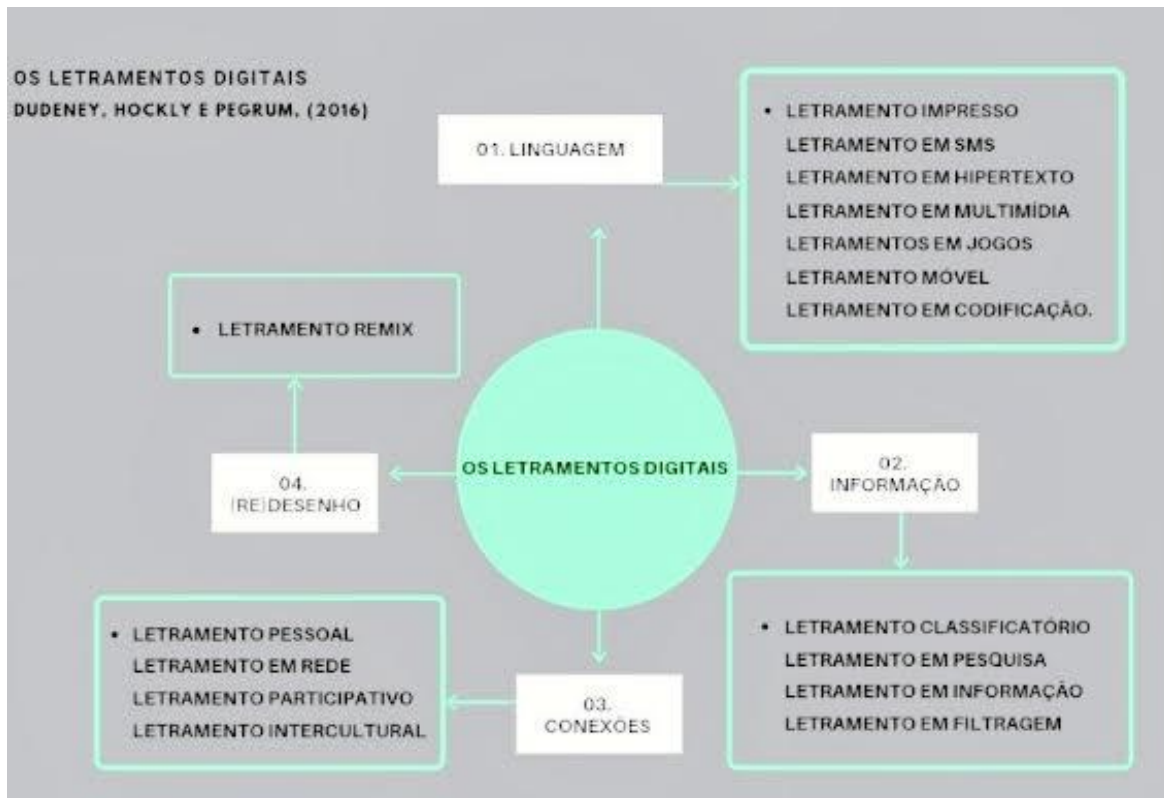


Figura 1: Letramentos digitais
Fonte: Conceição, 2019, apud Dudeney, Hockly & Pegrum, (2016).

O conceito de letramento digital, portanto, precisa ser entendido de forma ampla e integrada. Gabriel (2013, p. 130) define-o como a capacidade de compreender os processos informacionais complexos que operam nos ambientes digitais, indo além da simples navegação ou uso técnico. Nessa perspectiva, o letramento digital implica o domínio de conhecimentos articulados e de uma postura crítica diante das informações acessadas e produzidas. Formar sujeitos letrados digitalmente significa capacitá-los a interpretar, avaliar e produzir conteúdos digitais com responsabilidade, discernimento e consciência ética, promovendo uma atuação mais autônoma e reflexiva na sociedade da informação.

Além disso, é preciso reconhecer a multiplicidade dos letramentos. Soares (2002) já apontava que diferentes tecnologias de escrita originam diferentes práticas e modos de letramento. Essa pluralidade é essencial para compreender o letramento digital não como uma competência única e homogênea, mas como um conjunto dinâmico de saberes e práticas que se atualizam constantemente em função das inovações tecnológicas e das demandas sociais.

4. INCLUSÃO DIGITAL

O conceito de Inclusão digital está diretamente relacionado à possibilidade de o indivíduo exercer um papel ativo e participativo na sociedade da informação, por meio do



uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em diversas esferas de sua vida, sejam elas profissionais, cotidianas, educacionais, culturais e etc. Mas, para que isso se torne uma realidade para a maioria da população brasileira, é necessário pensar nos mecanismos de inclusão digital a serem ofertados à população de uma forma geral (ARAUJO; GLOTS,2009).

Aliás, a inclusão digital significa melhorar questões que envolvam pessoas dentro de uma sociedade com a ajuda da tecnologia. Em termos mais aprofundados não é apenas ensinar uma parte da informática e a configuração de computadores, mas sim ajudar os quadros sociais o manuseio de forma digital para os devidos bens.

Nesse sentido, não basta disponibilizar os aparatos tecnológicos — como computadores, smartphones e conexões à internet —, é preciso garantir que os indivíduos saibam utilizá-los com competência. Ainda é comum encontrar enfrentam dificuldades para realizar tarefas básicas no meio digital, como fazer uma compra online, consultar um extrato bancário, acessar plataformas educacionais ou mesmo utilizar aplicativos de comunicação e a partir daí se estabelece um contraste: cada vez mais serviços são oferecidos ou então só são possíveis de serem efetuados através do uso de algum recurso tecnológico (computador, internet telefone etc.). Porém, uma parcela significativa da população permanece excluída desses processos por falta de conhecimento, infraestrutura ou apoio institucional. (ARAUJO; GLOTS, 2009, p.05).

Sem essas questões de políticas públicas e outras propostas congêneres em que haja um equilíbrio de forças entre esses três elementos, é difícil que a inclusão digital ocorra realmente, porque é necessária a implementação de propostas e ações que levem em conta a interação desses três itens para que seus sujeitos possam ter condições efetivas de se tornarem “incluídos digitalmente (ARAÚJO; GLOTS,2009, p.05).

Dessa forma, frisa-se as necessidades voltadas para o meio digital e como a inclusão pode ajudar. É fundamental compreender que a superação das desigualdades digitais está intrinsecamente ligada à superação de desigualdades sociais mais amplas, sendo a educação um eixo estruturante para esse processo.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Para que a inclusão digital se efetive de forma concreta, não basta reconhecer sua importância no cotidiano social, educacional e profissional. É preciso compreender como ela tem sido pensada e operacionalizada por meio de políticas públicas e ações estruturadas. Nesse sentido, o Brasil conta com algumas iniciativas significativas que buscaram, ao longo dos anos, reduzir a exclusão digital e promover o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A seguir, apresentam-se algumas dessas políticas e programas, destacando suas propostas, seus avanços e os desafios ainda enfrentados.

5.1 GESAC

Destaca-se o GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), segundo Tramontin e Borges (2007) como uma “iniciativa de universalização do acesso à Internet, voltada prioritariamente à população de baixa renda”. Criado pela Portaria n.256, de 13 de março de 2002, o programa oferece conectividade em zonas rurais, escolas públicas, unidades de saúde, comunidades indígenas, assentamentos da reforma agrária e centros comunitários, reduzindo barreiras geográficas e econômicas ao acesso digital.



5.1.1 PROINFO

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), iniciado em 1997 pelo MEC, buscou integrar as TICs ao ambiente escolar por meio de entrega de equipamentos (computador, projetor), implantação de laboratórios de informática e formação de professores. Segundo Martins e Flores (2015), o programa é resultado do acúmulo de diferentes iniciativas iniciadas ainda na década de 1970, por meio de pesquisas em universidades federais brasileiras. A meta inicial do programa era capacitar 25 mil professores e atender cerca de 6,5 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio das redes estaduais e municipais, por meio da aquisição de 100 mil computadores interligados à internet (SCHNELL, 2009).

5.1.2 Computador para Todos

Instituído em 2003, o Programa Computador para Todos teve como objetivo reduzir o custo dos computadores e estimular o uso doméstico de sistemas com software livre. Ao democratizar o acesso aos equipamentos, a iniciativa favoreceu a inserção digital de famílias com baixa renda, promovendo a autonomia no uso das TICs e reforçando o letramento digital em ambientes domésticos.

5.1.3 Dados do Relatório TIC Domicílios 2023

Para contribuir com o contexto empírico, o relatório TIC Domicílios 2023 indica que 84 % dos domicílios brasileiros (aproximadamente 64 milhões de lares) estavam conectados à internet em 2023, um aumento de 4 pontos percentuais em relação a 2022. Essa expansão foi notada especialmente nas classes C (de 87 % para 91 %), D e E (de 60 % para 67 %).

Entretanto, persistem desigualdades: nas zonas rurais o acesso domiciliar é de 74 %, enquanto em áreas urbanas atinge 85 %, e apenas 22 % da população possui “conectividade significativa”, definida por velocidade, múltiplos dispositivos e ligação fixa.

Entre a população com 10 anos ou mais, 84 % acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa, totalizando cerca de 156 milhões de pessoas, com crescimento especialmente expressivo entre as mulheres (de 81 % para 86 %). Ainda existem cerca de 29 milhões de não usuários, 24 milhões deles residentes em áreas urbanas, 17 milhões com até ensino fundamental, 17 milhões negros pardos e 16 milhões pertencentes às classes D e E.

Esses dados revelam que, embora políticas públicas como GESAC, ProInfo e Computador para Todos tenham ampliado significativamente o acesso, ainda permanecem barreiras relacionadas à desigualdade regional, socioeconômica e de qualidade da conexão, que impactam a efetivação do letramento digital.

Dessa forma, embora os programas governamentais como GESAC, ProInfo e Computador para Todos tenham apresentado avanços significativos no acesso às tecnologias digitais, é necessário compreender que a inclusão digital vai além da simples disponibilização de recursos. Trata-se de garantir condições efetivas para o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas, que permitam aos sujeitos não apenas acessar, mas também interpretar, selecionar e produzir informações de forma consciente e autônoma. Assim, a inclusão digital deve ser pensada como parte de um projeto mais amplo de letramento digital e cidadania, que envolve políticas públicas contínuas, investimento em formação e combate às desigualdades socioeconômicas e regionais que ainda persistem no país.



6. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

É importante ressaltar que existe diferença entre alfabetização e letramento. O primeiro está mais ligado à instituição escolar, ou seja, é a capacidade do indivíduo saber ler e escrever, enquanto o segundo está mais relacionado em como a pessoa faz uso da leitura e da escrita no seu cotidiano. Fica claro que o letramento tem relação com o uso que o indivíduo faz da sua alfabetização.

O que não significa que o analfabeto não seja letrado, tudo depende de como essa pessoa está inserida no mundo em que vive, isto é, um adulto pode ser analfabeto devido a suas condições sociais e econômicas, mas pode ter contato com a leitura e a escrita de alguma forma (MOREIRA, 2012, p 02).

Entretanto, Magda Soares (2006) discutiu a diferença entre alfabetização e letramento, cabendo a estes processos distintos, com cunho diferenciados, embora interdependentes e indissociáveis. A autora fala: Alfabetização traduz-se pelo ensino-aprendizagem restrito e limitado das habilidades básicas de leitura e da escrita, efetuando-se com limites claros e com pontos de progressão cumulativa definidos objetivamente. Portanto, o letramento, por sua vez, refere-se ao resultado do desenvolvimento da ação contínua, criando também uma relação cultural, social e objetiva para o indivíduo.

Para que o letramento digital possa se tornar uma realidade na educação brasileira é necessário que muitos investimentos ainda sejam feitos em relação à alfabetização e letramento linguísticos, uma vez que, sem o domínio de seu idioma nos aspectos da leitura e da escrita, as inferências que são necessárias para a utilização das TIC's em sua plenitude pelas pessoas tornar-se-ão algo difícil de ocorrer (ARAUJO; GLOTS, 2009, p 05).

A escola precisa redescobrir sua função social. Precisamos desenvolver habilidades de ensino e aprendizagem com as TDICs, permitindo que os alunos possam aproveitar com qualidade o tempo que, normalmente, passam conectados. Todavia, partindo de forma mais incluída como os alunos que não têm acesso a aparelhos digitais e internet ficam com relação ao assunto?

Nisso é preciso concordar com a importância da interação de fontes populares que sirvam de incentivo para as pessoas que vivem distantes dessa realidade. Assim como, com custos nas atribuições que se faz necessário a distribuição de auxílios escolares que efetivem um custo de contribuição de dados para o uso de internet ou a fiscalização do uso de laboratórios de informática, onde o aluno possa validar seus estudos e aperfeiçoar em seu tempo livre novas informações como complemento estudantil. Pois, partindo desse princípio Takahashi em 2000, afirma: A alfabetização de forma digital seria a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da internet, em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania.

Nesse sentido, é possível compreender conforme os fatos que a alfabetização e letramento são fatores distintos, porém se complementam uma vez que o indivíduo dá continuidade à sua forma de conhecimento. Tanto que dentro de uma análise comparativa o atual cenário pede que de alguma forma sejamos inseridos em determinados conteúdos que retomam ao uso digital. Por isso, as características de TDIC permitem às pessoas interagirem com um certo grau de facilidade, onde o sujeito dá sentido àquilo que usa. No qual um grupo social pode ser diferente de um outro grupo social, pois cada um tem funções específicas diante das necessidades sociais.



7. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos dados apresentados pelas Agências IBGE (GOMES et al., 2023; NERY; FERREIRA, 2024) revela que, embora o acesso à internet tenha aumentado significativamente no Brasil, com 88% da população com 10 anos ou mais utilizando a rede em 2023, ainda persistem desigualdades preocupantes. A exclusão digital continua mais acentuada entre idosos, pessoas pretas e pardas, e moradores das regiões Norte e Nordeste, evidenciando que o acesso à tecnologia ainda está longe de ser universalizado.

Esses dados reforçam a ideia de que a inclusão digital não se resume ao fornecimento de infraestrutura tecnológica, mas exige um conjunto de condições sociais, educacionais e culturais para que o letramento digital se concretize de forma efetiva. Portanto, a inclusão digital exige o reconhecimento das múltiplas formas de letramento e da diversidade de sujeitos, bem como o enfrentamento das barreiras estruturais que limitam o acesso pleno à informação e à comunicação digital.

Todavia, demonstra que os avanços tecnológicos nem sempre são acompanhados por processos educativos capazes de promover a alfabetização digital crítica. Muitos indivíduos, apesar de utilizarem a internet, o fazem de maneira limitada, restringindo-se às redes sociais e ao consumo de conteúdos, sem desenvolver habilidades analíticas e criativas. Como defendem Dudeney, Hockly e Pregun (2016), o letramento digital envolve habilidades que vão além do uso instrumental da tecnologia, englobando a capacidade de interagir, produzir e refletir no ambiente digital.

Os dados reforçam a urgência de políticas públicas voltadas à formação de professores e ao fortalecimento da cultura digital nas escolas. No entanto, sem investimentos estruturais e formação continuada, há risco de ampliar ainda mais o abismo digital entre os que têm e os que não têm acesso a uma educação tecnológica de qualidade.

8. CONCLUSÃO

A pesquisa fornece um aporte teórico sobre a importância do letramento digital, no qual é possível refletir sobre o letramento digital como ferramenta essencial para a promoção da inclusão social na sociedade da informação, desencadeando a forma necessária desse entendimento e como se faz preciso nos dias de hoje. Foi possível compreender que, embora o acesso às tecnologias digitais tenha avançado no Brasil, ainda existem desigualdades significativas que dificultam a participação plena de todos os indivíduos nesse novo cenário. Por isso, é preciso, que seja necessário garantir condições para que as pessoas desenvolvam habilidades de leitura, escrita e interpretação no contexto digital. O letramento digital, nesse sentido, torna-se um elemento central para a cidadania, construindo uma sociedade mais democrática e participativa, na qual o conhecimento e a informação estejam ao alcance de todos, sem distinção.

9. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Verônica Danieli Lima; GLOTZ, Raquel Elza Oliveira. O LETRAMENTO DIGITAL ENQUANTO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS ATUAIS. 1. ed. Universidade Metropolitana de Santos: UNIMES, 2009. v. 2. ISBN 1982-6109.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, 1995.



CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CARVALHO, Carolina; SANTIAGO, Thiago. Classes C e DE impulsionam crescimento da conectividade à Internet nos lares brasileiros, mostra TIC Domicílios 2023. cgi.br, 2023. Disponível em: https://cgi.br/noticia/releases/classes-c-e-de-impulsionam-crescimento-da-conectividade-a-internet-nos-lares-brasileiros-mostra-tic-domicilios-2023/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jun. 2025.

DUDENEY, G.; HOCKLY, N.; PREGUN, M. Letramentos digitais. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FREITAS, C. C. de; E. A. F. Letramento digital, ensino e práticas sociais. Revista Panorâmica On-line, v. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1171>. Acesso em: 9 mar. 2025.

GABRIEL, M. Educ@r: a (r)evolução digital na educação. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, I.; FERREIRA, I.; GIL, B. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Agência IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 10 maio 2025.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MOREIRA, C. Letramento digital: do conceito à prática. Anais do SIELP, Uberlândia, v. 2, 2012. ISBN 2237-8758.

MUNHOZ, A. S. Tecnologia educacionais. Biblioteca Digital da Universidade Federal de Santa Maria: Minha Biblioteca, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0095-4>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MINISTÉRIO das Comunicações. Portaria nº 256, de 13 de março de 2002.

NERY, C.; FERREIRA, C. Em 2023, 88,0% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram Internet. Agência IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>. Acesso em: 10 maio 2025.

REBÊLO, P. Inclusão digital: o que é e a quem se destina? Webinsider, 2005. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/print.php?id=2443>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RIBEIRO, A. E. Escrever, hoje: palavra imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo: Parábola, 2018.



ROMANI, C. C. Explorando tendências para a educação no século XXI. Tradução: Tina Amada. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 848-867, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOARES, M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/377>. Acesso em: 14 mar. 2025.

STREET, B. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. Cadernos Cedes, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v33n89/a04v33n89.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SCHNELL, R. F. Formação de professores para o uso das tecnologias digitais: um estudo junto aos núcleos de tecnologia educacional do Estado de Santa Catarina. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=164307. Acesso em: 10 jun 2025.

TAKAHASHI, T. (Org.). Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/Temas/Socinfo/LivroVerde/livroverde.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TRAMONTIN, Adriane ; BORGES, Djalma Freire. Um caminho para a inclusão digital: o programa GESAC. SciELO Brasil, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/tcZ4XpZmfWBtXPZBzbR8y5r/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

XAVIER, A. C. Letramento digital: impactos das tecnologias na aprendizagem da Geração Y. 1. ed. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: Calidoscópico, 2011. v. 9, p. 03-14. ISBN 2177-6202.